

Doações: principal fonte de receitas da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII

Augusto Fagundes da Silva dos Santos¹

Resumo:

O objetivo deste trabalho foi quantificar e analisar as doações recebidas de particulares pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia entre 1750 e 1777. Parte da historiografia “pintou” a segunda metade do século XVIII como um momento de queda nas doações, porém mostraremos que o terceiro quartel do século foi o período com a maior arrecadação oriunda de doações se comparado com todo o período anterior, partindo desde o ano de 1600. A crise aguda da instituição a partir de meados dos setecentos a princípio esteve vinculada a problemas de gestão e não propriamente pela falta de capitais, porém, com o passar das décadas, a falta de confiança da população baiana na confraria aumentou devido principalmente aos “boatos” de desmandos, mau uso e desvio do dinheiro dos doadores. Diante disso, o “capital moral” que a Misericórdia gozava no seio da sociedade baiana setecentista foi se perdendo, fazendo com que de fato as receitas começassem a diminuir.

Palavras-chaves: Santa Casa de Misericórdia, doações, período colonial.

Classificação JEL: N36

Abstract:

The aim of this study was to quantify and analyze the donations received from individuals by the Holy House of Mercy of Bahia between 1750 and 1777. Part of historiography "painted" the second half of the eighteenth century as a time of decline in donations, but we will show that the third quarter of the century was the period with the highest revenues coming from donations compared with any previous period, starting from the year 1600s. The acute crisis of the institution from the middle of the seven was initially linked to management problems and not exactly the lack of capital, however, over the decades, the lack of public confidence in Bahia coterie increased mainly due to "rumors "of mismanagement, misuse and diversion of money from donors. Given this, the " moral capital "that Mercy enjoyed within the eighteenth-century Bahian society was being lost, causing revenues actually begin to decrease.

Keywords: Holy House of Mercy, donations, colonial period.

¹Mestre em História Social pela Universidade Federal da Bahia; Professor do Centro Universitário Leonardo da Vinci-UNIASSELVI; Professor da Secretaria de Educação do estado da Bahia. Contato: augustofagundes@yahoo.com.br.

Artigo recebido em maio de 2013 e aprovado em dezembro de 2013.

1. Introdução

Estudar a Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII requer entender previamente a sociedade na qual a mesma estava inserida, pois muitas mudanças ocorridas internamente na irmandade refletiram as relações sociais, econômicas e políticas da Bahia setecentista. Um exemplo pertinente para perceber as similaridades entre a Misericórdia e a sociedade na qual a mesma pertencia, é certamente a distinção social baseada na origem étnica presente na Misericórdia pelas nomenclaturas “irmão de maior condição” e “irmão de menor condição”. Até a década de 1750, com o fim da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos pelo Diretório Pombalino, fazer parte do grupo de principal importância da confraria era privilégio do branco cristão-velho.

Os descendentes de cristãos-novos encontravam muitas desvantagens, fosse qual fosse a ortodoxia de sua crença. Também a ilegitimidade acarretava problemas na herança do nome e de propriedades e na capacidade de ascender socialmente por meio de ingresso na carreira das armas ou em cargos públicos.²

A dificuldade de ascensão social por parte dos cristãos-novos na Bahia colonial era algo recorrente em todos os segmentos sociais, não só na carreira militar ou nos cargos administrativos da Coroa, como também nas Câmaras e Irmandades religiosas. Havia uma espécie de “barreira” que blindavam estas instituições do acesso de indivíduos menos abastados, ficando o acesso livre apenas para os homens de grande cabedal, os chamados “principais da terra”.

Os nomes dos irmãos representavam um “Quem é Quem” não apenas na aristocracia rural e dos principais funcionários públicos, mas também dos mais importantes artesãos. Enquanto que a Ordem Terceira de São Francisco dava preferência aos intelectuais, e a Ordem Terceira do Carmo aos homens de negócios, a Misericórdia não mostrava tais preferências na escolha de seus irmãos. Por isso a irmandade era verdadeiramente representativa da sociedade baiana e da ideologia colonial.³

Apesar da dificuldade de ascensão social dos cristãos-novos na Bahia colonial, ela não foi nula, principalmente a partir da segunda metade dos setecentos, quando as barreiras sociais se tornaram cada vez mais maleáveis, possibilitando a chance de muitos evoluírem verticalmente no seio da sociedade baiana.

A fidalguia, ou, em termos mais genéricos, um *status* social mais elevado, não era na verdade algo inatingível. Apesar de a sociedade por ordens ter sido

² SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 211.

³ Ibidem, p. 275.

concebida em termos fixos e rígidos, a mobilidade social era, sem dúvida, possível. O desenvolvimento do comércio e a emergência do Estado em Portugal e em outras partes da Europa haviam criado oportunidades para que comerciantes, advogados, funcionários régios e outros conseguissem acesso à riqueza, ao *status* ou ambos.⁴

Um dos autores que melhor perceberam as mudanças econômicas e sociais da Bahia no século XVIII foi A. J. R Russel-Wood. Para ele, jamais até então havia tido um período com tanta possibilidade de mobilidade social.

A sociedade baiana se caracterizava por grande flexibilidade interna. Em nenhum momento essa flexibilidade foi mais evidente do que no século XVIII. As linhas de demarcação social entre as classes se tornaram confusas. O prestígio já não se contava mais em termos de linhagem nobre e de posse de plantações ou de fazendas. A riqueza começava a comprar muito dos atributos da igualdade social.⁵

Segundo Russel-Wood, o princípio de “aburguesamento” que permeava a sociedade baiana a partir de meados do século XVIII, modificou os parâmetros de poder e de *status* social, quando a riqueza financeira começou a substituir a nobreza de sangue. Este efeito já começou a ser perceptível na Misericórdia da Bahia muito antes do fim oficial da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos no império português em 1756, quando homens de negócio foram aceitos como irmãos de maior condição, e em alguns casos, até provedores.⁶ O referido autor apresentou um breve histórico da vida de André Marques e de Domingos Lucas de Aguiar, os dois negociantes atingiram o cargo de Provedor da Santa Casa da Bahia no século XVIII.

A posição do homem de negócios era ambígua e difícil no império português ultramarino. Era desprezado pela população como cristão-novo, mas apoiado pela Coroa como meio de prover os cofres reais. O sucesso financeiro precedeu a aceitação social. Dois homens de negócios que se tornaram Provedores, André Marques (1739 e 1749), e Domingos Lucas de Aguiar (1742, 1746 e 1747), mostram que a “passagem” social ocorreu na década de 1740.⁷

Portanto, Russel-Wood considera como momento fundamental para a mudança social em análise, a década de 1740, período em que vários homens de negócio foram eleitos para o cargo de Provedor. Consideramos, no entanto que, mais importante do que a época de mudança social na qual, indivíduos “não nobres de sangue” começaram a alcançar os circuitos internos dos meios sociais mais abastados da sociedade, é a consistência tal qual eles chegam a esses locais. Isto é perceptível pela grande quantidade

⁴ Ibidem, p. 211.

⁵ RUSSEL-WOOD. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981, p. 280.

⁶ O primeiro registro deste tipo de admissão data de 1718.

⁷ RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.*, p. 92.

de vezes que foram eleitos. Mostrando a boa aceitação que tinham internamente na instituição. André Marques, por exemplo, eleito duas vezes em uma década e Domingos Lucas de Aguiar, em um curto prazo de sete anos, chegou ao posto mais alto da Misericórdia da Bahia em três oportunidades.⁸

A necessidade de manutenção das atividades sociais da irmandade, que demandavam somas financeiras elevadas, cada vez mais escassas a partir de meados do século XVIII, é uma das explicações para a aceitação desses indivíduos, que ao enriquecerem, buscavam incessantemente a filiação à Misericórdia como um dos elementos para a distinção social. Em outras palavras, a presença de homens de negócio, significava a esperança de dias melhores aos cofres da confraria.

A ascensão dos homens de negócios não foi restrita à Santa Casa da Bahia, mas generalizada a toda a sociedade baiana colonial. A presença deles era cada vez mais frequente também nos cargos públicos. A ascensão socioeconômica dos negociantes parece ter sido proporcional ao declínio do grupo dos proprietários rurais, que optou por, paulatinamente se afastarem das funções públicas.

A perda de importância da classe dos proprietários rurais foi um processo gradual que se desenvolveu durante mais de meio século. As famílias baianas proeminentes não cortaram todas as inter-relações, tendendo simplesmente a optar por permanecerem alheias aos deveres públicos. Esses seriam assumidos pelos homens de negócios, muitos dos quais haviam chegado a Bahia solteiros e ambiciosos, casaram-se com moças locais e acumularam pequenas fortunas no comércio.⁹

A presença de cristãos-novos como membros da Misericórdia, significou aumento na quantidade de doações, o que possibilitou além da manutenção das atividades sociais, a implementação com maior intensidade das atividades creditícias. A Misericórdia da Bahia foi uma das maiores credoras do Brasil colonial, ofertando crédito a juros dentro dos padrões permitidos pela legislação portuguesa de 6,25% ao ano. É certo que muitos, ao se tornarem irmãos, objetivavam facilitar o seu acesso ao crédito. Mas no geral, acreditamos que a presença desses novos irmãos ao longo dos setecentos, significou mais benefícios do que malefícios financeiros à irmandade.

A atividade creditícia realizada pela Santa Casa era fundamental para a circulação de mercadorias na Bahia colonial. Sabe-se que este período foi marcado por uma escassez monetária bastante acentuada e que em sociedades com falta de numerário circulante, o

⁸ Ibidem, p. 298.

⁹ Ibidem, p. 92.

crédito é um elemento que se torna decisivo para o bom funcionamento da economia. A escassez pecuniária na colônia atingia inclusive indivíduos de grande fortuna.

Os inventários arrolados no período de 1760 a 1808 atestam a carência de moedas na colônia. Mesmo entre os inventariados mais ricos não se encontrou valores significativos em dinheiro líquido e era frequente o pagamento de dívidas com produtos ou em bens da família... A escassez pecuniária teria generalizado a prática do escambo pela colônia. Brandônio referia-se ao açúcar como meio de pagamento no início do século XVII.¹⁰

Portanto, a escassez do dinheiro em espécie, não era um problema específico de um grupo social, mas sim de toda a sociedade colonial brasileira, incluindo os mais ricos. Isso fazia do “dinheiro vivo” algo ainda mais valorizado, colocando as instituições credoras como a Misericórdia, em uma posição social de destaque.

Russel-Wood apresentou a relação entre a escassez monetária e a dependência do crédito na sociedade brasileira colonial, mostrando que as irmandades religiosas eram bastante presentes neste campo de atuação, segundo ele:

Havia uma escassez crônica de dinheiro à vista e os empréstimos eram feitos com a duvidosa garantia da colheita de açúcar seguinte. Embora as irmandades da Bahia não chegassem aos pés das de Manila em matéria financeira, mesmo assim proporcionavam serviços bancários rudimentares, fazendo empréstimos a uma taxa de juros de 6,25%.¹¹

Schwartz expôs alguns dados importantes acerca da atuação da Misericórdia como credora na Bahia setecentista.

Embora a maior parte dos empréstimos da Misericórdia fossem pequenas quantias, garantidas por hipotecas de propriedades urbanas, os créditos ao setor açucareiro eram mais vultuosos. O empréstimo para um engenho era pouco mais de 1 conto de réis, e para um canavial cerca de 30% a menos. Em 1727, quando foi efetuada uma nova contabilidade das finanças da Misericórdia, a situação declinante da economia açucareira refletia-se na lista dos devedores dessa irmandade. Àquela época, 234 devedores, mais da metade dos 303 para quem foi possível determinar a ocupação, eram senhores de engenho ou lavradores de cana. A Misericórdia havia concedido acima de 374 contos de réis em empréstimos, mais de três vezes a quantia registrada em 1694.¹²

Como se pode perceber, do final do século XVII ao primeiro terço do século XVIII, a irmandade mais do que triplicou o volume de crédito concedido. Na medida em que a economia açucareira entrava em crise, a recorrência de senhores de engenho e lavradores aos cofres da confraria era cada vez mais frequente.

¹⁰ MASCARENHAS, Maria José Rapassi. Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador 1760 – 1808. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1999), p. 183.

¹¹ RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.*, p. 82.

¹² SCHWARTZ, Stuart B. *Op. Cit.*, p.180.

Consideramos um privilégio acessar a história da Bahia através do estudo da história da Santa Casa de Misericórdia, pois entender essa instituição significa em grande medida, entender as relações sociais, econômicas e políticas da Bahia. Neste trabalho iremos apresentar um pouco da história econômica da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII, nomeadamente, sua principal fonte de renda. A doação de particulares.

2. Doações: principal fonte de receitas da irmandade

A Irmandade de Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia foi fundada em Lisboa em 1498. Logo nos anos seguintes, adquiriu privilégios da Coroa portuguesa e conseguiu ampliar suas atividades. A importância que esta instituição obteve pelo seu papel filantrópico foi rapidamente reconhecida e isso se reverteu em regalias e privilégios. Nas colônias portuguesas espalhadas pelo vasto império português não foi diferente, as Santas Casas de Misericórdia logo tiveram um crescimento muito grande tanto em quantidade como em poderio econômico.¹³

Esta importante instituição da era moderna pode ser caracterizada inicialmente como uma irmandade com fins unicamente caritativos. Seu primeiro compromisso firmado em 1516 expõe os principais objetivos da Misericórdia, foram catorze, sendo sete espirituais: ensinar os ignorantes, dar bom conselho, punir os transgressores com compreensão, consolar os infelizes, perdoar as injúrias recebidas, suportar as deficiências do próximo e orar a Deus pelos vivos e pelos mortos. E sete objetivos corporais: resgatar cativos e visitar prisioneiros, tratar dos doentes, vestir os nus, alimentar os famintos, dar de beber aos sedentos, abrigar os viajantes e os pobres e sepultar os mortos. Esse compromisso firmado em 1516 serviu de base para os demais criados posteriormente.¹⁴ O compromisso seguinte foi o de 1618, este considerava as peculiaridades de cada Misericórdia, podendo cada irmandade adaptá-lo às condições locais.

Em geral as Santas Casas de Misericórdia foram criadas simultaneamente à fundação de uma cidade ou logo em seguida, isto é explicado pela necessidade de ter uma organização que cuide de doentes e de desamparados que é crescente quando há o

¹³ Para aprofundar sobre as instituições do império marítimo português, principalmente as Santas Casas de Misericórdia. Cf. BOXER. *Op. Cit.*

¹⁴ RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.*, p. 75.

desenvolvimento populacional e urbano. Esta situação não foi diferente no caso da Bahia, que teve sua Misericórdia fundada entre os anos de 1549 e 1552.¹⁵

A Misericórdia lisboeta recebeu vários privilégios da Coroa portuguesa. Esses benefícios régios também chegaram a congênere baiana que soube usufruir de forma positiva dessas vantagens e associou os privilégios régios às doações de particulares, formando um vultoso capital para empréstimo de dinheiro a juros. Essas circunstâncias fizeram da Santa Casa de Misericórdia da Bahia uma das maiores credoras do Brasil colonial, desempenhando além das convencionais funções sociais e filantrópicas, também as atividades creditícias.

A elevada quantidade de doações pode ser explicada dentre outros motivos pelos valores religiosos da sociedade. A arrecadação provinha, além das doações, dos recebimentos por missas celebradas. Muitos, fossem nobres da terra ou não, deixavam o direito da cobrança de dívidas ou o direito da administração de bens com a instituição, fazendo da irmandade sua testamenteira, destinando para esta um percentual de seu patrimônio. Assim, a Misericórdia figurava como uma instituição além de religiosa, também econômica, administrando seus bens e o de terceiros.

O capital adquirido pelas doações era investido na oferta de crédito a juros. Esse era o mecanismo escolhido pela irmandade para investir o capital acumulado ao longo do século XVIII. Antes, a opção era pela compra de imóveis e a utilização destes em forma de arrendamento ou aluguel, porém a partir de meados do século XVII, a opção de emprestar a juros foi considerada pela instituição como a maneira mais segura, pois os custos com a manutenção dos imóveis eram altos, além dos frequentes atrasos no recebimento dos aluguéis. Essa alternativa foi tão comum no século XVIII, que a irmandade quando se beneficiava com legados de irmãos deixando bens, como escravos, fazendas ou casas, quase que imediatamente desfazia-se do bem e investia o capital arrecadado emprestando a juros.

A misericórdia verificou que (...) as despesas de manutenção das propriedades tornavam duvidoso o valor de tais heranças. (...) O rico Jorge Ferreira deixou uma bela propriedade na praça principal à Misericórdia, mas os jesuítas recebiam parte dos aluguéis. A irmandade achou melhor negócio vender sua propriedade por 250\$000 e colocar essa soma para empréstimo a juros de 6,25% do que alugar a casa por apenas 12\$000 anuais. Heranças em dinheiro que seriam rendosas se emprestadas eram gastas em consertos de imóveis. Até mesmo

¹⁵ Há muitas divergências dos pesquisadores em relação à data exata de fundação, por falta de documentação que explique e pelas diferentes interpretações em relação às fontes. O fato é que já nos primeiros anos da fundação da cidade de Salvador, se tinha notícia da instalação de uma filial da Misericórdia na Bahia.

propriedades fora da cidade traziam prejuízos, pois arrendatários descuidados estragavam a terra e negligenciavam o pagamento de aluguéis.¹⁶

No entanto, a opção pelo melhor investimento, seja ele pelo aluguel de imóveis ou pelo empréstimo de dinheiro a juros variava conforme as decisões das mesas administrativas de cada gestão, porém, percebemos com a pesquisa que o empréstimo de dinheiro a juros se constituiu como o grande instrumento para a manutenção e reprodução do capital deixado pelos doadores, além de ter sido a base de sustentação para a continuidade e ampliação dos serviços sociais desempenhados pela Santa Casa da Bahia ao longo do século XVIII.

Portanto, a origem de grande parte do patrimônio da Santa Casa baiana, apesar da instituição ter sido beneficiada com doações e privilégios régios, como por exemplo, o monopólio dos funerais na Bahia,¹⁷ foi certamente a doação de particulares.

O grosso dos bens das Misericórdias era assim constituído por bens de gente morta, que, podendo testar parte ou o total de seus bens em benefício da sua alma, o fazia, estipulando um conjunto de deveres e obrigações nos seus testamentos. (...) Os bens doados em herança podiam apresentar-se de difícil cobrança ou serem insuficientes para as obrigações que consignavam, mas o certo é que constituíram a parcela mais avultada do patrimônio das Misericórdias.¹⁸

Outra fonte de receitas da irmandade era oriunda da Coroa, que fornecia uma espécie de ajuda de custo à Misericórdia baiana em troca dos cuidados desta no atendimento de seus funcionários enfermos no hospital. Este provento ocorria muitas vezes com atraso, conforme podemos perceber no documento abaixo.

Em 17 de Maio de 1765, carregó | em receita viva ao nosso Irmão | Recebedor das esmolas o *Licenciado* Damião | Cosme da Costa cinco contos, | quinhentos e sessenta e oito mil | réis que recebeo na casa da Fazenda | do *Tesoureiro* Geral della | Francisco *Álvares* Pereira, de producto de 11 documentos, correntes | que se estavam devendo de curativo | dos soldados Nesta [*ilegível*] | e gente do mar [das] [Fragatas] de | El-Rei, de cuja quantia já se haviam consignado para principal, | por tomo da Mesa e Juncta | no Livro 4º dos Acordãos a f 181v.¹⁹

Em outro trecho do mesmo documento aparece uma doação do rei D. José I que disponibilizou um montante ínfimo/simbólico da Real Fazenda em setembro de 1764. Esta doação era realizada anualmente e também muitas vezes ocorria com atraso. No caso desta,

¹⁶ RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.* p. 72.

¹⁷ O monopólio dos funerais não era uma especificidade da Misericórdia baiana e ocorria com suas congêneres em todo o Império Português.

¹⁸ SÁ, Isabel G. As Misericórdias nas sociedades portuguesas do Período Moderno. *Cadernos do Noroeste. Série História*. Nº 15, 1-2: 2001, p. 345.

¹⁹ Livro de Receita dos Principais que vem a este cofre 1757-1777, nº 1015, p. 23-24. ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

representava muito mais um valor simbólico, de realçar a figura de um rei bondoso, caridoso, em outras palavras, um bom cristão, preocupado com a caridade e com as questões sociais da colônia, do que uma doação que resolvesse ou melhorasse efetivamente os problemas financeiros da Misericórdia. Isto fica evidenciado pelo valor da doação.

...ao dito Irmão Thesoureiro de que | fiz este termo de recebimento em | todos assignarão commigo | Declaro que na sobredita | quantia vão incluídos [ilegível] 400\$, | de dois annos vencidos em Setembro de 1764, da esmolas que | costuma S. Magestade da pela | sua real Fazenda, para o Hospital | e mesmos expostos. | E eu Manuel de Almeida Sandis, | Escrivão da Mesa, que o subscrevi | e assignei. <Manuel de Almeida Sandis> Bahia em 17 de Maio | de 1765.²⁰

Como se pode observar, a doação de quatrocentos mil réis correspondia a dois anos vencidos, portanto o rei fazia uma doação anual de duzentos mil réis. O costume de conceder esta esmola para a Santa Casa foi mantido por D. José I, mas iniciado pelo seu antecessor D. João V que em provisão no ano de 1734, ordenou que fosse pago através de sua Real Fazenda esta doação. “*Tem 200 nos quatrocentos que Magde manda dar pelo Senado da Câmara e Caza da Faz^a p^a doentes e Engeitados pela provisão 8 de junho de 1734*”²¹

Essas doações são peculiaridades da sociedade portuguesa da época moderna, período inerente a uma sociedade que está inserida em um processo de modo de vida “não capitalista”, ou seja, uma sociedade que tem valores econômicos, mas que não são predominantes a todo o momento. Sociedade repleta de indivíduos que mesmo tendo uma vida financeira equilibrada, doam seus bens ou pelo menos parte deles às irmandades religiosas. Essa constatação nos remete a pensar na força da religião nessa sociedade e também na busca pelo prestígio social, já que as irmandades religiosas gozavam desse status.

Portanto, o capital que movimentava a atividade creditícia era oriundo e mantido pelas doações de particulares por motivações sociais e religiosas. Indivíduos preocupados em obter a remissão dos pecados e o perdão eterno foram os maiores doadores que geraram patrimônio para a Misericórdia da Bahia.²²

²⁰ Ibidem.

²¹ Conta dos patrimônios e rendimentos que administra a Santa Casa, calculada no ano de 1754, (1754-1755), livro nº 210. ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

²² ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI-XVIII). In: FARIA, Ana Leal de; BRAGA, Isabel Drumond, coords. – “Problematizar a História : estudos de história moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata”. Lisboa : Caleidoscópio, 2007.

Anthony John Russel-Wood mencionou a doação de particulares como a maior fonte de renda da confraria “A irmandade dependia da caridade particular como principal fonte de rendimentos”.²³ Além disso, o citado historiador refere-se às principais formas de doações de particulares à Misericórdia:

Um baiano que desejasse deixar uma herança a irmandade podia seguir três cursos de ação. Primeiro, podia fazer da misericórdia sua herdeira. Segundo, podia simplesmente nomear a irmandade como executora do testamento, deixando uma soma de dinheiro à Misericórdia para cobrir os gastos de administração do testamento. Em terceiro lugar, podia nomear um parente ou mesmo outra irmandade como herdeiro ou executor, deixando parte da herança para ser paga a Misericórdia.²⁴

3. Mudanças nas características das formas de doar na passagem do século XVII para o século XVIII

Havia duas formas principais de deixar legados à Misericórdia no período colonial. Uma delas era a doação à irmandade sem obrigações futuras. Nesses casos em geral, o instituidor deixava o legado “de uma só vez”, ficando a irmandade com a referida doação, sem precisar despender recursos para administrar o testamento. Esse tipo de legado encontrado nos testamentos, geralmente é mais resumido, muitas vezes é especificado apenas em qual setor da instituição deveria se investir a quantia doada.

O hospital, o recolhimento das moças, as órfãs e os presos eram os mais lembrados pelos testadores. Vejamos um fragmento de testamento com uma doação deste tipo.

Verba do testamento com que falleceo Ignacio Martins do Pilar, morador na praia desta cidade, freguesia do Pilar, de quem é testamenteiro Antonio Miz. do Pilar, morador na dita praia, em 24 de Fevereiro de 1751. Deixo duzentos mil réis de esmola para os pobres do hospital da Santa Casa da Misericórdia desta cidade da Bahia. Eu Pedro Fernandes Souto, Escrivam actual da Mesa, o subscrevi e assignei.²⁵

Havia ainda casos para esta forma de doação em que o legatário apenas doava sem direcionar no testamento como deveria ser gasto seu capital. Nessas circunstâncias, a decisão de qual seria o melhor investimento partia da mesa administrativa da irmandade. O seguinte trecho do testamento de Alexandre dos Santos Coutinho expõe essas características.

Verba do testamento com que falleceo Alexandre dos Santos Coutinho, em 16 de Junho de 1757, e são seus testamenteiros em primeiro lugar João Dias da Cunha

²³ RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.*, p. 111.

²⁴ *Ibidem*, p. 111.

²⁵ Testamento de Ignacio Martins do Pilar. Livro de Tombo nº 42, p. 314. ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

e em segundo José Maria Ribeiro, e em 3º Manuel Alvarez Teixeira. Deixo a esta Santa Casa de Misericórdia cem mil réis.²⁶

A outra forma de doar às irmandades religiosas no período colonial eram as doações com obrigações futuras, na qual o testador especificava detalhadamente em seu testamento como queria que fosse gasto ou investido seu legado. Esse tipo de doação algumas vezes ocorria quando a Santa Casa baiana ou outra irmandade religiosa ficava como testamenteira do doador, ficando estas com a obrigação da administração dos bens doados. Nesse tipo de legado, as obrigações que a irmandade tinha para o cumprimento do testamento eram resultantes dos juros provenientes do empréstimo do capital do doador, mas não é este o principal elemento das mudanças nas características nas formas de doar da passagem do século XVII para o século XVIII.

Segundo Russel-Wood, a doação com obrigação futura era muito usual no século XVII, período em que as obrigações eram pagas com os juros decorrentes do capital doado pelo testador. Já as doações “de uma só vez” eram recorrentes principalmente no século XVIII. O mencionado autor analisou esta mudança sob duas vertentes, uma econômica e outra social. A explicação econômica refere-se a falta de numerário na colônia a partir do final do século XVII, que dificultava o entesouramento e por consequência, diminuía as obras de caridade financiadas apenas com os juros, ou seja, antes os juros do capital doado eram suficientes para a realização dos desejos do testador, pois o montante doado era elevado o suficiente para proporcionar bons rendimentos, mas posteriormente, com as doações sendo realizadas em quantias menores pela falta de numerário, os valores dos juros se tornaram menores, dificultando a realização de obras caritativas apenas com os rendimentos, sendo necessário o gasto do valor principal.

A explicação social considerada pelo autor foi que a mudança no perfil das doações refletiu a mudança no perfil dos doadores. No século XVII, os principais legatários eram nobres da terra, homens preocupados em doar principalmente como forma de manutenção do prestígio social. No século seguinte, os homens de negócio vão constituir o principal grupo doador, indivíduos que estavam preocupados primordialmente em aliviar a situação dos mais pobres, como se pode observar no trecho a seguir:

O primeiro motivo está na diferente posição social dos doadores. De um lado havia a aristocracia rural, temente a Deus e em busca de prestígio. De outro lado estava uma comunidade urbana, de visão secular, muitos de cujos membros eram imigrantes que tinham conhecido a penúria em seu caminho para o sucesso financeiro. Os primeiros doavam a Misericórdia por um sentimento de obrigação para com sua classe e procuravam melhorar sua própria posição social através de disposições testamentárias, freqüentemente dedicada a celebração de missas. Os

²⁶ Testamento de Alexandre dos Santos Coutinho. Livro de Tombo nº 42, p. 334. ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

segundos preferiam que seu dinheiro proporcionasse alívio imediato ao sofrimento social da comunidade.²⁷

Vejamos a seguir parte do testamento de Pedro Fernandes Souto, falecido em 1760 que deixou uma doação com obrigação futura à Misericórdia baiana.

Verbas do testamento com que falleceo Pedro Fernandes Souto em 23 de Setembro de 1760, de quem ficou por testamenteira a Ordem 3^a de Nossa Senhora do Monte do Carmo. 1^a Verba: Deixo à Casa de Misericórdia desta Cidade, de que sou Irmão, quatrocentos mil réis para se gastar com o tratamento dos pobres do hospital. 2^a Verba: Declaro que sou Senhor e possuidor de duas moradinhas de casas terras, sitas no bairro de N. Senhora da Saude desta Cidade, uma de pedra e cal com seo quitall murado em terras foreiras à N. Senhora da Saude, na rua que vae do (...) da Ordem 3^a de S. Francisco para Nossa Senhora, e outra na rua direita que vae para o campo, de taipa em terras foreiras à Manuel Carneiro de Sá, as quaes duas moradinhas de casas deixo para morarem os ditos escravos que deixo forros em quanto viverem, ficando de uns para outros até chegar ao ultimo possuidor, tratando dellas como suas que são até morrer o último, e morarem todos nas que melhor lhe parecer, e alugarão a outra para pagar o foro de ambas, ou poderão alugar ambas para morarem em outra parte se parecerem mais conveniente e com o aluguel delas pagarem as que alugarem p^a morarem, e por morte de todos elles passaram as ditas suas moradinhas de casas à Casa da Santa Misericordia desta Cidade a quem as deixo d'ahi por diante com a obrigação de me mandarem dizer em cada um anno doze missas por minha alma, uma em cada mez. 3^a Verba: Deixo a Casa da Santa Misericordia desta Cidade cem mil réis para ajuda da criação dos meninos engeitados q. a ella vão; e assim mais lhe deixo cincoenta mil réis para os presos da cadeia desta Cidade. Aos quaes verbas verbas do testamento eu o Dr. Pedro Paulo Dias Lobato, Escrivam actual da Mesa, as fiz aqui lançar bem e fielmente do próprio testamento aqui me reporto, com o qual estas conferi, subscrevi e assignei na Bahia e Secretaria 24 de Setembro de 1760 annos.²⁸

4. As doações à Misericórdia da Bahia 1600-1750

Russel-Wood quantificou as doações de particulares à Santa Casa, desde o início do século XVII até o ano de 1750. Elaboramos as tabelas a seguir, sistematizando dados encontrados no trabalho do referido autor.

Quadro 1: Valor total das doações sem obrigações futuras (séc. XVII e séc. XVIII)

Doações sem obrigações futuras (Século XVII)	Doações sem obrigações futuras (Século XVIII)
1:000\$000	24:681\$290

Fonte: RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981, p. 121-122.

²⁷ RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.*, p.123

²⁸ Testamento de Pedro Fernandes Souto. Livro de Tombo n° 42, p. 343. ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Podemos observar que as doações sem obrigações futuras, ou seja, aquelas deixadas para a Misericórdia, “de uma só vez”, saíram da quantia de 1:000\$000 réis somando todo o século XVII, chegando a 24:681\$290 réis no século XVIII. Um aumento gigantesco de aproximadamente, 2.368%. Já no segundo quadro que veremos a seguir, observa-se o oposto, ou seja, uma redução no total de doações com obrigações, passando de 133:785\$820 réis nos seiscentos para 53:623\$634 réis nos setecentos. Uma queda considerável de 59,9%.

Quadro 2: Valor total das doações com obrigações futuras (séc. XVII e séc. XVIII)

Doações com obrigações futuras (Século XVII)	Doações com obrigações futuras (Século XVIII)
133:785\$820	53:623\$634

Fonte: RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981, p. 121-122.

Elaboramos o quadro a seguir considerando o total de doações nos dois séculos em análise até o ano de 1750.

Quadro 3: Soma de todas as doações (séc. XVII e séc. XVIII)

Total de doações (Século XVII)	Total de doações (Século XVIII)
134:785\$820	78:304\$924

Fonte: RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981, p. 121-122.

Portanto a partir da análise dos três quadros, percebe-se que Russel-Wood apresentou o século XVIII como um período de grande declínio financeiro por parte da irmandade. A terceira tabela demonstra esta situação de decadência. A quantidade de doações que a Santa Casa de Misericórdia da Bahia recebeu de particulares no século XVIII foi bem inferior do que no século anterior, com uma queda considerável de 41,9%. O autor sugere que a diminuição do prestígio social da irmandade causada por fraudes e má administração dos bens, acarretou na redução do número de membros e a consequente perda de doadores, fazendo com que a instituição entrasse em um período de crise econômica e social.

Já apresentamos que as doações com obrigações futuras diminuíram 59,9% no século XVIII, mas em compensação as doações de “uma só vez” subiram aproximadamente 2.368% no mesmo período. Além disso, esta queda na quantidade total de doações de 134:785\$820 réis nos seiscentos para 78:304\$924 réis nos setecentos, não

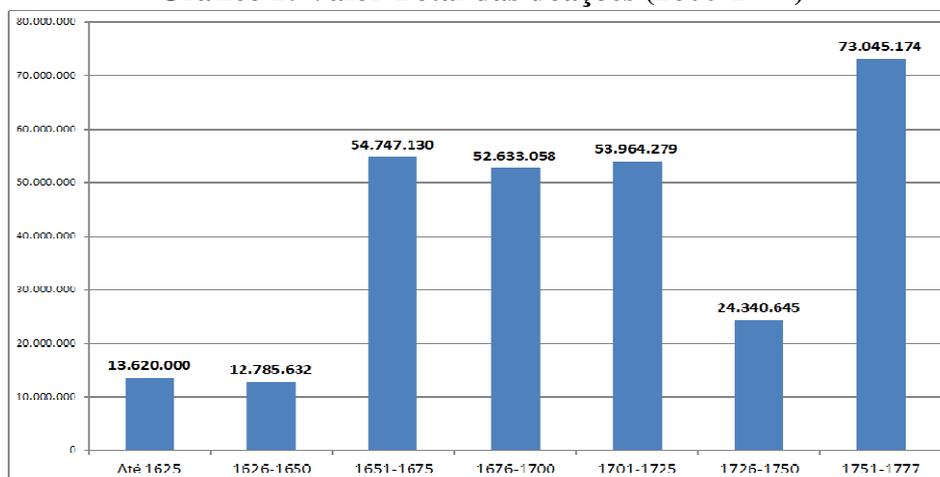
considerou a gigantesca herança deixada por João de Mattos de Aguiar no último ano do século XVII, no valor de 217.092\$475 réis. Este dinheiro apesar de ter sido deixado pelo instituidor no momento de sua morte no último ano do século XVII gerou renda e colaborou com a “saúde” financeira da irmandade pelo menos até o fim da primeira metade do século seguinte. Mesmo não incluindo a enorme quantia doada pelo benfeitor João de Mattos de Aguiar, a análise do gráfico abaixo mostra que não houve declínio nas doações do século XVII para o seguinte e pelo contrário houve crescimento.

Ressalto que nosso objetivo não foi o de avaliar a mudança no perfil das doações. Isto já foi muito bem feito por Russel-Wood. A nossa ideia foi quantificá-las independentemente da modalidade, comparando-as nos dois séculos em análise.

5. Século XVIII: período de crescimento na quantidade de doações

O que veremos nos três primeiros gráficos são as quantificações das doações e dos seus respectivos doadores, decorrentes dos dados encontrados em nossa pesquisa aliados a sistematização dos dados encontrados no trabalho de Russel-Wood.

Gráfico 1: Valor Total das doações (1600-1777)



Fontes: Livro contendo testamentos e inventários de bens (1701-1777), livro nº 193. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; Livro contendo testamentos e inventários de bens (1701-1777), livro nº 194. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; Livro de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos), (1701-1777), livro nº 42. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981, p. 121-122.

Observando a última torre do Gráfico 1, percebe-se que a Misericórdia baiana recebeu em doações entre os anos de 1750 e 1777 a quantia de 73:045\$174 réis, isso mostra que a perda de prestígio a qual o citado autor se refere não se refletiu imediatamente na quantidade de doações no terceiro quartel do século XVIII. Em verdade,

o desprestígio chegou de uma vez por todas com a investigação contábil nos cofres da confraria em 1754.²⁹

Portanto, o resultado do quadro três, elaborado a partir dos dados encontrados na obra do próprio Russel-Wood, quantificando as doações até 1750 no valor de 78:304\$924 réis, distorcem a realidade das doações para o século XVIII, pois ao incluirmos os valores encontrados decorrentes da nossa pesquisa a partir de 1751 até 1777, chega-se a soma do total de doações para o século XVIII, sem a herança deixada por João de Mattos de Aguiar no valor de 151:350\$098 réis. Portanto, ao invés da queda de 41,9% na quantidade de doações na comparação do século XVII com o século XVIII, percebemos um crescimento de 12,2% no período. Mas esse crescimento na quantidade das doações no terceiro quartel do século XVIII de fato mascara a forte crise financeira que iniciou em meados do século e perdurou até o seu final. Isso porque o período entre 1751 e 1777 não foi marcado por um fluxo de doações uniformes. Na verdade, mais de 30% das doações que compõem os mais de 73 contos de réis no período foram realizadas no curto espaço de tempo de menos de quatro anos, antes da investigação contábil de 1754. Estes valores, aliados a períodos isolados de bons picos nos montantes das doações como nos anos de 1762, 1763 e 1768 elevaram as doações do período para cima. Portanto as doações do terceiro quartel do século foram concentradas na primeira metade da década de 1750 e em alguns anos da década seguinte. Os últimos anos da década de 1750 e a década de 1770 como um todo, foram desastrosos para os cofres da confraria no que tange as doações e demonstraram de uma vez por todas que a crise era irreversível.

Dito de outra forma, o que se pode constatar é que nem o período de consideráveis doações conseguiu impedir a aguda crise financeira da segunda metade do século. O terceiro quartel dos setecentos se apresentou de maneira inversa ao seu antecessor. Enquanto o período anterior apesar do “inexplicável” baixo índice de doações conseguiu manter as finanças da irmandade equilibradas, principalmente por causa do intenso fluxo de entrada de capitais oriundos da atividade creditícia. Os anos de 1751 a 1777, mesmo tendo sido a Santa Casa beneficiada por um bom volume de doações, não conseguiu honrar os seus compromissos, diminuindo o nível das atividades sociais realizadas e o volume de fornecimento de crédito, fazendo com que em pouco tempo as receitas diminuíssem ainda mais. Talvez o fato do dinheiro das doações chegar concentrado em curtos períodos, tenha

²⁹ Espécie de balanço patrimonial solicitado pela Coroa e realizado pela Real Fazenda. No caso da Misericórdia baiana, ocorreu em 1754, quando havia suspeitas do mau uso dos bens da irmandade para benefício individual e de várias irregularidades na concessão de empréstimos a juros.

contribuído para confundir a já confusa mesa administrativa da Misericórdia e aguçar o desejo por ostentação e desperdício.

Provavelmente uma das explicações para o alto volume de doações a partir de 1750 até o final do período pombalino em 1777, seja a grande inserção de homens de negócio na irmandade, indivíduos que mesmo tendo sucesso financeiro, precisavam de reconhecimento social de igual magnitude e se mostravam dispostos a doar quantias substanciais às confrarias religiosas.

Isabel Sá evidenciou que na Bahia a presença de cristãos-novos dentre os membros da Misericórdia se não plenamente aceita, pelo menos parece ter sido tolerada sem maiores complicações. “Na Bahia, onde numerosos cristãos-novos se tinham fixado exercendo atividades quer na economia açucareira quer no tráfico de escravos, a expulsão de judeus da Misericórdia foi mínima nas atas da irmandade que chegaram até nós.”³⁰

A entrada de negociantes na irmandade foi impulsionada ainda mais após o fim da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos com o Diretório Pombalino em 1756. A ausência dessa distinção facilitou o acesso desses indivíduos em irmandades religiosas na busca pelo tão desejado *status* social.

A Misericórdia significava para essas famílias bem mais do que uma simples irmandade medieval fundada em Lisboa em 1498. Era um clube onde elas poderiam encontrar outras pessoas com os mesmos interesses financeiros e a mesma posição social³¹

Analisando cada período individualmente, percebe-se que exceto a primeira torre do Gráfico 1 representando os anos de 1600 a 1625, período com grande escassez de fontes o que compromete a quantificação, e a segunda torre que trata de um período imediatamente posterior a invasão holandesa na Bahia. A partir de meados do século XVII, a Misericórdia da Bahia teve crescimento na quantidade de doações, seguida de estabilidade de quase um século. Este panorama foi modificado apenas a partir da década de 1720, período em que a instituição passará por declínio acentuado nas doações. Russel-Wood não aprofundou suficientemente esta queda nas doações a partir da segunda década do século XVIII, explica apenas que esta foi decorrente de um período de transição econômica.³²

³⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães Sá. As Misericórdias no Império Português (1500-1800). In: 500 Anos das Misericórdias Portuguesas, ed. Maria Natália Correia Guedes. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, p. 127.

³¹ RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.*, p. 123.

³² *Ibidem*, p. 111.

Defendemos que esta queda nas doações foi consequência da conjuntura econômica desfavorável da Bahia no período, quando houve diminuição da produção açucareira e redução dos ganhos reais do setor, que foram “diluídos” pela inflação puxada principalmente pelo aumento do preço da mão-de-obra escrava em decorrência do auge da produção aurífera.

Embora a produção e o preço real do produto tivessem sido elevados nos primeiros anos do século XVIII, os ganhos foram mais do que compensados por uma tendência inflacionária geral, anterior, mas acelerada pela corrida do ouro. Isso aplicava-se mais acentuadamente aos preços dos escravos, mas ocorrera também com os dos gêneros alimentícios. A produção açucareira diminuiu nas décadas de 1720 e 1730, e a indústria ingressou em uma fase de relativa estagnação... ”³³

Além da diminuição da produção e da queda dos ganhos reais decorrentes da inflação, houve também a queda nos preços do açúcar. “Na década de 1720, os preços do produto estavam novamente em queda e, com exceção dos altos preços em 1736 devido à escassez causada por uma seca de dois anos, o declínio continuou pela década de 1740.”³⁴ Portanto a conjuntura econômica desfavorável explica a queda acentuada nas doações entre os anos de 1726 e 1750, já o grande crescimento das doações a partir da segunda metade do século XVIII, pode ser explicado, dentre outros fatores pelo fim da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos, que possibilitou a maior inserção de negociantes no corpo da irmandade e isso se refletiu no aumento significativo das doações.

A comparação entre as doações dos anos de 1726 a 1750 de 24:340\$645 réis, com o período imediatamente posterior, os anos de 1751 a 1777 em torno de 73:045\$174 réis, mostra um crescimento vertiginoso de mais de 200%. O que de certa forma compensou as quedas do período anterior, fazendo com que a comparação entre os séculos se tornasse positiva para o século XVIII, com a quantidade de doações um pouco maior, em torno de 12,2%.

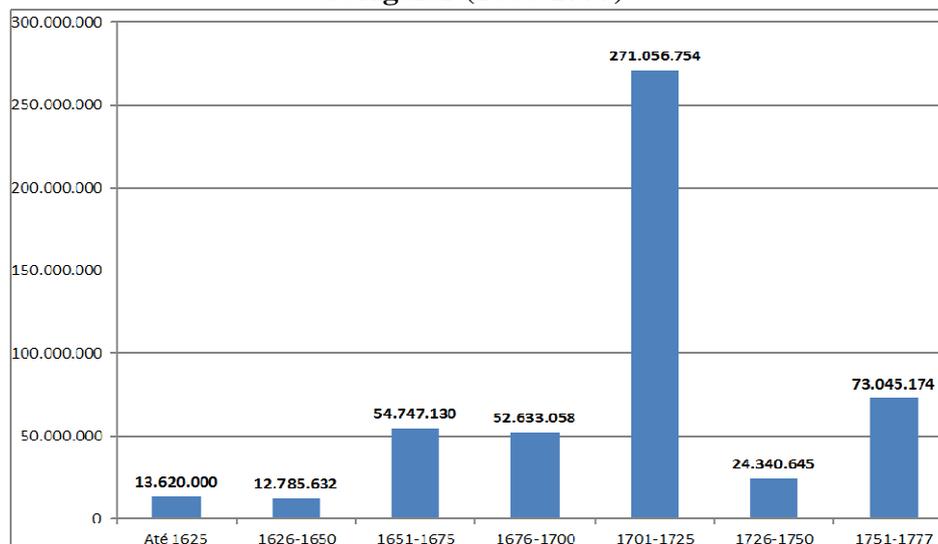
O gráfico a seguir é muito semelhante ao anterior, com apenas uma diferença. Este diferentemente do primeiro gráfico, inclui a fortuna do maior doador da história da Santa Casa da Bahia, João de Mattos de Aguiar. É importante ressaltar que ao incluir a gigantesca quantia de 217:092\$475 réis deixados pelo referido testador na passagem do século XVII para o século XVIII, a quinta torre do gráfico subiu para 271:056\$754 réis, o que nos obrigou a mudar a escala do gráfico em relação ao primeiro, de dez contos de réis para 50 contos de réis.

³³ SCHWARTZ. *Op. Cit.*, p. 147.

³⁴ *Ibidem*, p. 166.

Pode-se observar que a quinta coluna que representa as doações recebidas pela irmandade no primeiro quartel dos setecentos, ao incluir a fortuna de João de Mattos de Aguiar, coloca o século XVIII em uma posição muito superior às doações recebidas em relação ao século anterior. Para se ter uma ideia da grande herança concedida por Aguiar, somamos as quantias deixadas por todos os demais quatrocentos e quarenta e seis doadores nos cento e setenta e sete anos em análise, e chegamos a cifra de 286:135\$918 réis. O que significa que apenas João de Mattos destinou para confraria o equivalente a 75,9% do total de legados recebidos pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia entre os anos de 1600 e 1777. Isto fortalece nossos argumentos da ausência de declínio nas doações, pelo contrário, estas continuaram a crescer na passagem do século XVII para o século XVIII.

Gráfico 2: Total de doações somadas ao legado de João de Mattos de Aguiar (1600-1777)



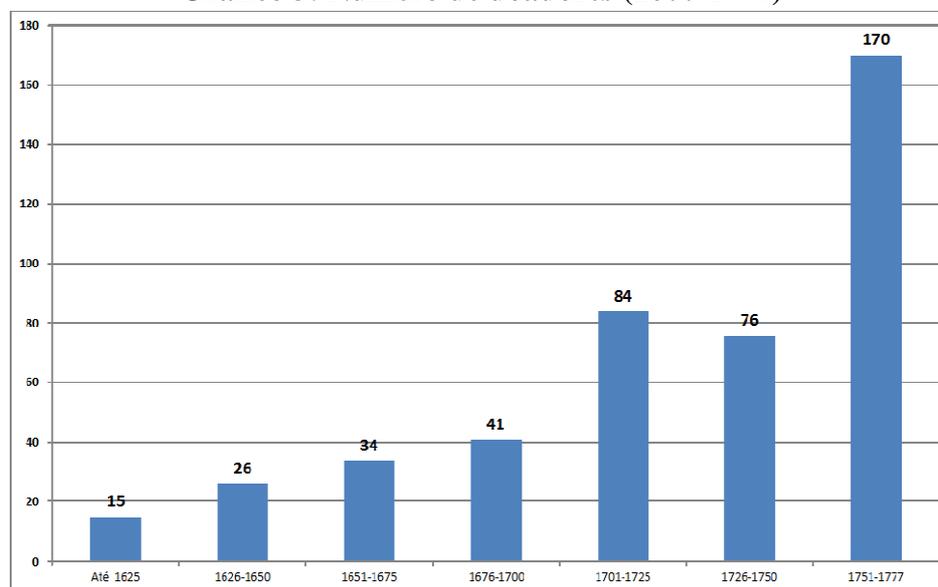
Fontes: Livro contendo testamentos e inventários de bens (1701-1777), livro nº 193. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; Livro contendo testamentos e inventários de bens (1701-1777), livro nº 194. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; Livro de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos), (1701-1777), livro nº 42. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981, p. 121-122.

As crises financeiras da Misericórdia em alguns momentos do século XVIII, provavelmente estiveram relacionadas com falhas na administração, corrupção e fraudes, como por exemplo, o uso da instituição para favorecimento pessoal, como no caso dos empréstimos sem a devida garantia. Portanto, muito mais um problema de gestão do que uma crise eminentemente financeira. “...durante o século XVIII, os Provedores consideravam a Misericórdia mais como uma vaca a ser ordenhada para seu proveito

pessoal do que como uma instituição de caridade merecedora de seus favores”.³⁵ Esse uso da irmandade para favorecimento pessoal, ao invés de significar enfraquecimento, representa força e poderio econômico e social que esta importante instituição mostrou ter ao longo dos seus mais de quatrocentos e cinquenta anos de existência. Mesmo existindo confrades utilizando da instituição para benefício próprio, o que deve ter sido algo comum, a irmandade passou por todos os períodos da história da Bahia chegando até os dias atuais com muito vigor, e continuou sendo proprietária de um vasto patrimônio na cidade de Salvador.³⁶

Evidentemente, o crescimento ou a queda do número de doadores, refletiram no volume de recursos recebidos pela Santa Casa, é o que veremos no gráfico abaixo:

Gráfico 3: Número de doadores (1600-1777)



Fontes: Livro contendo testamentos e inventários de bens (1701-1777), livro nº 193. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; Livro contendo testamentos e inventários de bens (1701-1777), livro nº 194. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; Livro de Tombo (escrituras, aforamentos e testamentos), (1701-1777), livro nº 42. Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia; RUSSEL-WOOD, A. J. R. Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981, p. 121-122.

Pode-se observar através do gráfico que o crescimento na quantidade de doadores foi praticamente constante ao longo dos cento e setenta e sete anos analisados, sendo a curva geral dos doadores ascendente.

³⁵ RUSSEL-WOOD. *Op. Cit.*, p. 91.

³⁶ COSTA, Paulo Segundo da. *Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia*. 1ª Ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2001.

Com exceção das décadas de 1726 a 1750, período que houve uma ligeira diminuição na quantidade de doadores de 9%, saindo de oitenta e quatro doadores no primeiro quartel do século XVIII para setenta e seis doadores, os demais períodos são de crescimento. Quinze doadores entre os anos de 1600 e 1625, vinte e seis doadores entre os anos de 1626 e 1650, trinta e quatro doadores de 1651 a 1675 e no último quartel do século XVII, aumento para quarenta e um doadores. Em números percentuais, o aumento no quantitativo de doadores à confraria ao longo do século XVII foi respectivamente de: 73%, 31% e 20,5%.

A partir do século XVIII, os números aumentaram ainda mais, no primeiro quartel dos setecentos, o número de doadores da Santa Casa baiana mais do que dobrou, saindo de quarenta e um para oitenta e quatro, o que representa aumento de 105% em relação ao período imediatamente anterior.

Entre 1751 e 1777 encontramos cento e setenta doadores. É o momento com maior crescimento na quantidade de doadores dentro do recorte temporal analisado, 124% a mais do que no período anterior. Para se ter uma ideia do grande contingente de doadores nesse período, basta uma simples comparação. Durante todo o século XVII, Russel-Wood encontrou cento e dezesseis doadores. Apenas para os vinte e sete anos referidos, encontramos cento e setenta doadores, ou seja, 46,5% a mais.

Assim como a quantidade de doações, o segundo quartel do século XVIII, também foi marcado pela redução no contingente de doadores. A já referida crise da economia açucareira do início do século XVIII, possivelmente também explica essa queda.

Comparando a quantidade de doadores entre os dois séculos, chegamos a conclusões semelhantes ao gráfico anterior, ou seja, não foi apenas a quantidade de doações que aumentou, aconteceu o mesmo com o número de doadores. Saindo de cento e dezesseis em todo o século XVII, para trezentos e trinta nos setenta e sete anos analisados do século XVIII. No entanto ao compararmos os dois gráficos percebe-se que quanto mais próximo da passagem do século XVII para o seguinte, a quantidade de doadores aumentava, mas o volume de doações não acompanhava o mesmo ritmo. Enquanto o crescimento na quantidade de legatários foi de aproximadamente 184,5% no comparativo entre os dois séculos, as doações cresceram apenas 12,2%. O crescimento desproporcional do número de doadores em relação às doações mostra que o montante deixado por cada legatário foi se reduzindo ao longo do século XVIII. A falta de numerário circulante e a mudança mesmo que lenta e gradual no pensamento sócio-religioso a partir da segunda metade do século, aliadas a perda de prestígio social da Santa Casa de Misericórdia da

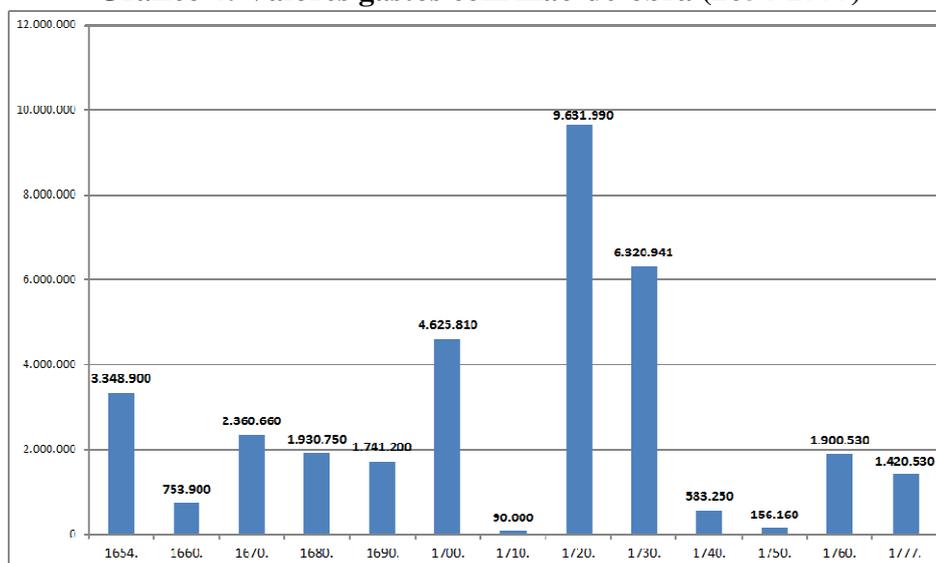
Bahia no mesmo período, são alguns dos motivos que levaram o valor médio das doações a diminuir.

Outra hipótese é a conjuntura desfavorável da economia açucareira, pelo menos até 1750, quando haverá mudanças na política econômica do império português. “Na década de 1760, Portugal e suas colônias encontravam-se em meio a profundas reformas econômicas e políticas, que preparam os alicerces para um ressurgimento da agricultura colonial no final do século XVIII...”.³⁷ As citadas reformas que contribuíram com o “ressurgimento agrícola”, ao que parece, não refletiram positivamente nos cofres da confraria, e se surtiu algum efeito positivo, este não foi suficientemente forte para tirar a Misericórdia da Bahia do “vermelho” nas últimas décadas do século XVIII.

6. Crescimento nas obras de ampliação e aperfeiçoamento

Os dados a seguir continuarão convergindo para a constatação de que a Santa Casa permaneceu forte economicamente pelo menos até meados da década de 1750. No gráfico abaixo listaremos a relação de todas as despesas gastas com mão-de-obra pela Misericórdia da Bahia entre as décadas de 1650 e 1770.

Gráfico 4: Valores gastos com mão-de-obra (1654-1777)



Fonte: OTT, Carlos. A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador. Publicações da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1960.

A Santa Casa de Misericórdia da Bahia gastou apenas com mão-de-obra entre os anos de 1654 e 1777, a quantia de 34:864\$621 réis, sendo que 70,9% deste valor foram despesas adquiridas no século XVIII, o que equivale em números inteiros a 24:729\$211

³⁷ SCHWARTZ. *Op. Cit.*, p. 169.

réis. Consideramos estas informações aliadas aos demais dados referentes ao grande volume de doações e o elevado número de doadores no mesmo período, mais do que fortes indícios de que não houve crise financeira acentuada da Misericórdia até meados da década de 1750. Além disso, deve-se destacar que os valores apresentados acima foram na prática ainda maiores, pois muitos pagamentos de mão-de-obra não foram registrados, pois eram pagos por particulares de maneira informal.³⁸

As cifras presentes no gráfico são quase todas referentes às despesas com mão-de-obra, ficando de fora das somas, às despesas com insumos e materiais. É verdade que em alguns casos, o contrato era feito incluindo o material que seria gasto, mas isso não era a regra. Portanto o valor que a Santa Casa gastou com mão-de-obra em pouco mais de um século, na construção, decoração e aperfeiçoamento da Igreja, do Hospital, Capelas e do Recolhimento das moças, foi muito superior aos 34:864\$621 réis apresentados.

Como explicar tamanhos gastos ao longo de boa parte do século XVIII? Carlos Ott considera que pelo menos algumas obras foram “frutos das extravagâncias financeiras” dos dirigentes da mesa administrativa da irmandade. Segundo o autor: “A prosperidade trouxe consigo um espírito de desperdício, nunca visto anteriormente. Fizeram-se forquilhas de prata para carregar a tumba dos defuntos, pagando por este trabalho ao ourives Francisco das Chagas Tenório a quantia de 156\$160”.³⁹ Em outra passagem do mesmo trabalho, o autor refere-se novamente a possíveis aquisições desnecessárias da Santa Casa. Nesta ocasião se tratou da encomenda que os mesários da instituição fizeram para a aquisição de quatro castiçais de prata.

Em 1763, os mesários, achando inadmissível que para as festas se pedissem emprestado alfaias de outras irmandades, encomendaram mais quatro castiçais de prata, dois para cada um dos altares laterais. Alegaram que as igrejas mais pobres da Bahia já não usavam castiçais de madeira nas grandes ocasiões. Então a Santa Casa não podia permitir este luxo? Linguagem típica de tempos de bem-estar econômico, que aliás já começava a passar na Bahia.⁴⁰

Sobre este aspecto discordamos de Carlos Ott, não consideramos extravagâncias, nem atitudes supérfluas as grandes obras de arte adquiridas e os prédios construídos ou reformados pela Santa Casa ao longo dos setecentos. Para se entender a sociedade na qual a Santa Casa estava inserida, é preciso observar não com os olhares da racionalidade econômica dos dias atuais, mas a partir da concepção de que o Barroco que inspirou a arte da Bahia no século XVIII fez da ostentação social algo longe de ser considerado supérfluo,

³⁸ OTT, Carlos. A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador. Publicações da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1960, p. 54.

³⁹ Ibidem, p. 78.

⁴⁰ Ibidem, p. 78-79.

e pelo contrário, ostentar poder e riqueza era algo essencial para os meios mais abastados da sociedade baiana setecentista. Além disso, devemos considerar que naquele contexto, as grandes obras e aquisições eram necessárias, pois quando as Mesas administrativas demonstravam uma Santa Casa forte e imponente, isso funcionava como “crédito moral” positivo, ou seja, aumento de prestígio perante a sociedade que retribuía em forma de doações.

No entanto a “ostentação social” referida acima não anula uma análise econômica daquela sociedade, ou seja, desnecessárias ou não, as despesas realizadas pela Santa Casa baiana no século XVIII refletiram de alguma maneira na situação financeira da instituição, que pela grande quantidade de dinheiro gasto com mão-de-obra, não parece ter sido ruim, pelo menos até meados da década de 1750. A partir desta data, as doações aumentaram, mas isso não significou “saúde financeira” para a confraria, que entrou em grande dificuldade no final do século.

As décadas de 1720 e 1730 foram registradas como sendo o período de maior despesa com mão-de-obra, o que significa que foi um momento de grandes obras na irmandade. Essas duas décadas somadas totalizaram um gasto de 15:952\$931réis, o que representa 64,5% do total de despesas com mão-de-obra para todo o século XVIII.

Neste período que a irmandade mais gastou com obras, foi justamente o momento em que ela mais emprestou dinheiro a juros.⁴¹ O aumento dos gastos, portanto foi resultado do bom momento financeiro que a Santa Casa viveu nas primeiras décadas dos setecentos.

Estas características a princípio podem parecer contraditórias, pois já apresentamos o segundo quartel dos setecentos como um período de retração tanto do número de doadores e principalmente na quantidade das doações, ambos resultantes da crise da economia açucareira. Porém, é exatamente em períodos de retração da economia açucareira, que a Misericórdia intensificava sua atuação como instituição financeira, ou seja, o declínio econômico dos agentes vinculados ao principal setor econômico da Bahia no século XVIII “a açucarcracia” significava ascensão econômica da Misericórdia baiana. Em outras palavras, Senhores e Lavradores recorriam aos cofres da Misericórdia como alternativa para cobrir os “rombos” deixados pela crise.

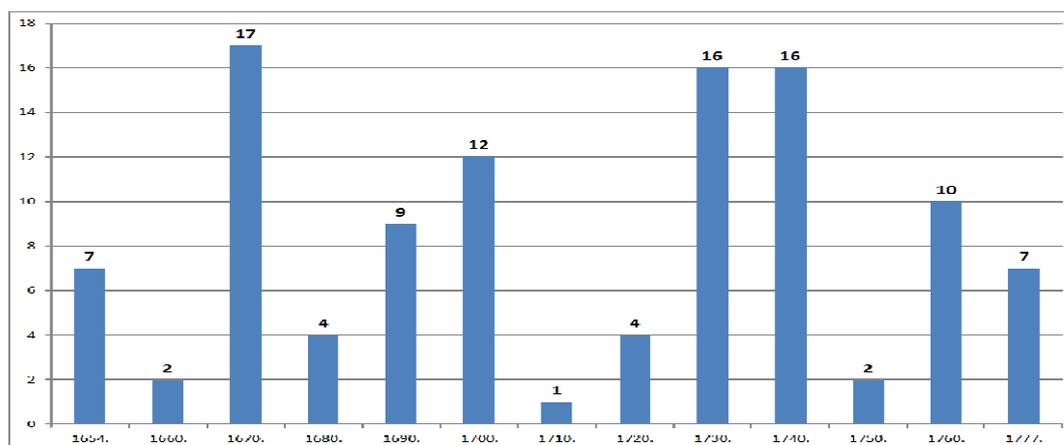
⁴¹ SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013. (Dissertação de Mestrado).

O declínio das doações em alguns momentos do século, não diminuiu o ímpeto da mesa administrativa da confraria nem para a realização de obras, nem para a atividade de concessão de crédito a juros, pelo menos até 1750.

O gráfico a seguir apresentará a quantidade de contratos de prestação de serviço firmados entre a irmandade e os profissionais que realizavam suas obras entre os anos de 1654 e 1777. Ao todo foram encontrados cento e sete contratos de prestação de serviço.

Apesar de não ter havido tanta desproporção entre os séculos como no gráfico anterior quando mostramos que mais de 70% das despesas com mão-de-obra foram adquiridas nos setecentos, percebe-se também neste gráfico, uma supremacia das primeiras décadas em relação às demais no que tange ao número de contratos e por consequência nas despesas da confraria. Isso fortalece o argumento de que no período de conjuntura desfavorável do setor açucareiro e de queda na arrecadação da irmandade decorrentes das doações, nomeadamente entre as décadas de 1720 e 1740, não houve redução nem dos gastos e nem dos investimentos da Santa Casa da Bahia.⁴² Uma das explicações para esta manutenção das atividades creditícias (investimentos) e sociais (despesas) em períodos de conjuntura econômica negativa, é o fato de que quase sempre os efeitos de crises da economia baiana eram sentidos pela Misericórdia em médio e longo prazo. Em outras palavras, havia momentos em que a crise estava estabelecida, mas a Misericórdia ainda se beneficiava de períodos anteriores de bons rendimentos.

Gráfico 5: Número de contratos de prestação de serviços (1654-1777)



Fonte: OTT, Carlos. A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador. Publicações da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1960.

⁴² Refiro-me respectivamente às obras e ao empréstimo de dinheiro a juros.

Dentro do total de contratos, encontramos quatorze tipos diferentes de profissionais, foram esses: pedreiros, carpinteiros, serralheiros, escultores, ourives, torneiros, ferreiros, correiros, vidraceiros, pintores, marceneiros, entalhadores, fundidores e azulejadores.

Como já era de se esperar em uma instituição que se transformara em um verdadeiro “canteiro de obras” a partir de meados do século XVII, os profissionais mais requisitados pela Santa Casa foram respectivamente, carpinteiros e pedreiros. Ao todo encontramos vinte e dois carpinteiros, 20,5% do total. Dezesete pedreiros, 15,8% do total de profissionais contratados. “Pedreiros e carpinteiros eram vistos frequentemente no edifício da Santa Casa, fazendo aqui um reparo, ali outro maior... De vez em quando, havia também trabalho para ferreiro ou serralheiro e, outros, para marceneiro.”⁴³

Mesmo havendo uma diferença menor do número de contratos em relação aos valores gastos com mão-de-obra na comparação do século XVII com o século XVIII, ainda assim registramos mais contratos no século XVIII do que no anterior. Respectivamente, cinquenta e seis e cinquenta e um contratos. Somando-se os contratos das décadas de vinte, trinta e quarenta do século XVIII, por exemplo, encontramos trinta e seis contratos, o que representa 64,2% do total para este século e 33,6% do total para ambos os séculos.

A baixa taxa de inadimplência da Misericórdia no pagamento de seus prestadores de serviço fomenta os argumentos acerca da inexistência de crise financeira aguda da instituição até ao menos meados da década de 1750. Em um universo de cento e sete contratos, houve atrasos de pagamento por parte da confraria em apenas quatro oportunidades. Desses, três ocorreram no século XVIII.

O pedreiro Filipe de Oliveira Mendes que realizou trabalho para a Santa Casa em 1735 no valor de 1:282\$560 réis, foi um desses que recebeu seu pagamento com atraso. Os outros foram respectivamente, o entalhador Antonio Rodrigues Mendes que cobrou pelo seu serviço em 1767 o valor de 367\$000 réis, e o carpinteiro Manuel Álvares Campos que trabalhou para a Misericórdia em 1775. Importante também é ressaltar que dos três contratos pagos pela Santa Casa com atraso, apenas um, o de Filipe de Oliveira Mendes, faz parte do período áureo das obras da confraria no século XVIII. Os outros dois, ocorridos respectivamente nas décadas de 1760 e 1770, já podem ser inseridos no contexto de crise financeira. Momento de declínio na quantidade e nos valores dos contratos. Na década de 1760, por exemplo, a Misericórdia só firmou dez contratos com o valor total de

⁴³ OTT. *Op. Cit.*, p. 77.

1:900\$530 réis. Na década seguinte o número de contratos de prestação de serviço foi ainda menor, sete no total, e o valor despendido não chegou a 1:500\$000 réis.

7. Patrimônio da Misericórdia adquirido no século XVIII

A partir de uma das fontes utilizadas nesta pesquisa, o *Livro de contas de juros de diversos devedores antigos (1701-1772) livro n° 1360*, conseguimos mapear parte do patrimônio da Santa Casa. Estes, que apresentaremos abaixo, é apenas parte do vasto patrimônio da instituição no século XVIII. Basicamente compõem este documento, as propriedades que foram ou estavam por serem adquiridas pela Santa Casa resultantes de imóveis construídos ou comprados, decorrentes de doações, ou ainda, oriundos de bens hipotecados de seus devedores.

Ao todo foram encontradas cento e trinta e duas propriedades adquiridas pela Misericórdia da Bahia no século XVIII, pelas maneiras já mencionadas. Destas, seis eram terras e estavam pelo menos até o ano de 1772 na condição de aforamento. Se somarmos apenas as dívidas ativas da Santa Casa das seis terras aforadas, chegamos a cifra de 29:536\$000 réis. A partir deste valor, pode-se chegar a duas conclusões. A primeira é que os pagamentos dos aforamentos, pelo menos de parte destas seis propriedades estavam bastante atrasados. Não conseguimos identificar o valor anual de cada aforamento pelo alto grau de deterioração do documento, mas o trabalho com outras fontes ⁴⁴ nos permite emitir esta opinião, já que o valor mais alto de um aforamento encontrado na documentação compulsada, não ultrapassou 100\$000 réis. Isto não pode ser considerado algo surpreendente, pois atrasos de vários anos e até de décadas no pagamento de dívidas para com a irmandade eram comuns. ⁴⁵

A segunda constatação é que os imóveis eram de valor muito significativo, pois mesmo considerando que havia no período colonial, muitos atrasos de pagamento, que chegavam a sessenta, setenta anos, estes sozinhos não justificam uma dívida ativa tão elevada da irmandade. Portanto, consideramos que as duas vertentes de análise não se contradizem e pelo contrário se complementam, ou seja, apesar das terras serem muito valiosas, os foreiros pagavam suas obrigações com bastante atraso, valendo-se talvez de

⁴⁴ Livro das terras foreiras à Misericórdia com a conta dos respectivos foreiros (1717- 1777) livro n° 772. ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

⁴⁵ Terras pertencentes à Misericórdia aforadas a Simão de Affonseca Pitta por 20\$000 réis anuais entre os anos de 1769 e 1762. ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

influências internas com membros da irmandade, ou apenas aproveitando-se de um ineficiente sistema de cobrança de dívidas da confraria no século XVIII.

As demais cento e vinte e seis propriedades eram casas situadas em diversos locais da cidade de Salvador ao longo do século XVIII, por meio de compra, construção pela própria irmandade, legados ou bens hipotecados de devedores. Estas casas funcionavam como geradoras de receitas para os cofres da instituição através dos aluguéis.

O próprio documento que serviu como base para elaboração da tabela a seguir, se constitui como uma espécie de apontamento de devedores de aluguéis de imóveis. Porém, neste mesmo documento, encontramos referências ao valor do imóvel alugado. Vejamos a tabela:

Bens Imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia calculado em 1772

TIPO DO BEM	QUANTIDADE	LOCAL	VALOR
Casa	1	Pilar	1:600\$000
Casa	1	Pilar	900\$000
Casa	6	Caes novo	1:240\$000
Casa	6	Caes novo	1:400\$000
Casa	6	Caes novo	1:240\$000
Casa	7	Caes novo	467\$000
Casa	1	Caes novo	1:600\$000
Casa	1	Caes novo	4:800\$000
Casa	1	Caes da Lixa	3:600\$000
Casa	4	Caes da Lixa	1:360\$000
Casa	4	Caes da Lixa	1:100\$000
Casa	4	Frente a Alfândega	1:360\$000
Casa	4	Frente ao Trapiche	2:000\$000
Casa	1	Beco do Greló	500\$000
Casa	7	Região da parte do mar	3:800\$000
Casa	5	Região da parte da terra	2:480\$000
Casa	1	Rua da Gameleira	800\$000
Casa	1	Rua de baixo de São Bento	1:200\$000
Casa	1	Rua do Sodré	800\$000
Casa	1	Portão do Gabriel	130\$000
Casa	1	Rua larga de São Bento	130\$000
Casa	1	Junto às portas de São Bento	450\$000
Casa	3	Rua dos Capitães	1:500\$000
Casa	1	Rua do Saboeiro	1:200\$000
Casa	2	Rua direta de N. Senhora Ajuda	1:100\$000
Casa	2	Travessa da Rua direta N. Senhora Ajuda	1:650\$000
Casa	2	Travessa da Rua direta N. Senhora Ajuda	1:800\$000
Casa	5	Rua direta de Palaão	2:770\$000
Casa	2	Beco do Butzago	1:400\$000
Casa	5	Baixos dos Paços da R ^a	2:480\$000
Casa	1	Ladeira da Misericórdia	4:000\$000
Casa	3	Rua da Misericórdia	2:150\$000
Casa	1	Rua da Ópera Velha	1:400\$000
Casa	3		4:550\$000
Casa	3	Rua do Gravatá	2:320\$000
Casa	1	Rua do cano de João de Freitas	400\$000
Casa	5	Rua direta do Col ^o	6:425\$000
Casa	12	Praça do terreiro	6:085\$000
Casa	3	Rua do Bispo	5:950\$000
Casa	2	Rua direta das portas do Carmo	3:800\$000
Casa	3	Rua do Maciel	1:060\$000
Casa	2	Rua junto a Capela N. Senhora da Saúde	870\$000

TIPO DO BEM	QUANTIDADE	LOCAL	VALOR
Terras aforadas	1	Terra do Caes Novo	17:194\$000
Terras aforadas	1	Terra do Caes Novo	6:354\$000
Terras aforadas	1	Terra Rua do Sodré	1:864\$000
Terras aforadas	1	Terras do Largo das portas de São Bento	1:284\$000
Terras aforadas	1	Terras em diferentes partes da cidade	500\$000
Terras aforadas	1		2:340\$000
QUANT. TOTAL	132	VALOR TOTAL	115:403\$000

Fonte: Livro de contas de juros de diversos devedores antigos (1701-1772) livro nº 1360. ASCMB- Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia.

Percebe-se que a Santa Casa de Misericórdia da Bahia adquiriu em imóveis apenas nas sete primeiras décadas do século XVIII, a quantia de 85:867\$000 réis. Este valor exclui as seis terras aforadas também pertencentes à Misericórdia, pois nestes seis casos, só tivemos acesso a dívida ativa oriundas dos aforamentos e não aos valores das propriedades.

Se considerarmos o valor total encontrado no documento, que é justamente a soma dos valores das cento e vinte e seis casas acrescidos dos valores dos aforamentos, chegamos a um total de 115:403\$000 réis.

Utilizamos esses dados para mostrar que não é possível estar em crise financeira uma instituição que apenas para as sete primeiras décadas do século XVIII possuía por compra, construção, processo judicial ou doações, pelo menos cento e trinta e duas propriedades com valor estimado para época superior a cento e quinze contos de réis.

Consideramos que pelo menos a princípio, por volta de 1754, quando veio a Salvador o enviado da Coroa, o juiz José de Affonseca Lemos, especialmente para fazer um levantamento nas finanças da irmandade, o problema não era financeiro e sim de má gestão.⁴⁶ Porém a partir desse momento, com a propagação das notícias no seio da sociedade baiana dos descasos com o dinheiro dos doadores, a confiança dos baianos na confraria foi convertida em dúvida e os futuros benfeitores pensavam bastante antes de escolher a Santa Casa como sua futura herdeira, fazendo com que a partir da década de 1760, de fato as receitas começassem a declinar.⁴⁷

8. Conclusão

Neste artigo, apresentamos a principal fonte de receitas da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII: as doações de particulares. Essas doações financiavam as atividades de cunho social e caritativo. A irmandade investia o capital doado emprestando dinheiro a juros ou adquirindo imóveis para aluguel. Foram muitos os

⁴⁶ Conta dos patrimônios e rendimentos que administra a Santa Casa, calculada no ano de 1754. (1754-1755), livro nº 210.

⁴⁷ Livro de receita de dinheiro dos principais que vem a este cofre (1682-1824), nº 1014 e 1015; Livro de despesa dos principais (1682-1824), nº 1017.

imóveis adquiridos pela irmandade ao longo do período em análise. Muitas também foram as despesas com obras. Ao que tudo indica os dirigentes da Santa Casa não tiveram nenhum pudor em gastar o dinheiro dos doadores. Só isso explica como a instituição entrou em colapso financeiro em pleno período de crescimento nas doações. Até 1750, quando havia um bom volume de capital investido na atividade creditícia, a instituição conseguiu manter-se financeiramente equilibrada, mas após as constantes queixas de diversos setores da sociedade baiana de irregularidades financeiras que culminou na investigação contábil externa do juiz da Coroa José de Affonseca Lemos em 1754, a credibilidade da irmandade “despencou” e junto com ela caiu também o índice de doações, que sendo cada vez menor, principalmente após 1770, mal dava para honrar os compromissos, fazendo com que o principal setor de investimentos que era a atividade creditícia, ficasse renegado ao segundo plano e como consequência, a crise se “perpetuou” até o final do século.

9. Fontes

Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia- ASCMB

Livro de contas de juros de diversos devedores antigos (1701-1772) livro nº 1360.

Livro contendo testamentos e inventários de bens (1701-1777) livros nº 193, 194.

Livro de Tombo (escrituras, aforamentos, testamentos) (1701-1777), livro nº 42.

Livro de receita de dinheiro dos principais que vem a este cofre (1682-1824), livro nº 1015.

Conta dos patrimônios e rendimentos que administra a Santa Casa, calculada no ano de 1754. (1754- 1755), livro nº 210.

Livro das terras foreiras à Misericórdia com a conta dos respectivos foreiros (1717-1819), livro nº 772.

Livro Mestre das contas antigas das instituições (1701-1772) livro nº 1336.

Livro das instituições (1701-1772) livro nº 211.

10. Referências Bibliográficas

ABREU, Jean Luiz Neves. A Colônia enferma e a saúde dos povos: a medicina das luzes e as informações sobre as enfermidades da América portuguesa. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol.14, nº 3, p.761-778, Rio de Janeiro, 2007.

ABREU, Laurinda. **Câmaras e Misericórdias: Relações políticas e institucionais**. In: Os municípios no Portugal Moderno: dos forais manuelinos às reformas liberais. Lisboa: Ed. Colibri, 2005.

AMORIM, Inês. Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII). **Anál. Social**, Lisboa, n. 180, 2006. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000325732006000300002&lng=pt&nrm=iso>. acesso em 23 jun. 2012.

ARAÚJO, Luís Antônio Silva. **Em nome do Rei e dos Negócios: Direitos e Tributos Régios Minas Setecentistas (1730-1789)**. Niterói: UFF/ICHF, 2008. (Tese de Doutorado).

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias e a salvação da alma: as opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI-XVIII). In: FARIA, Ana Leal de; BRAGA, Isabel Drumond (Coords.). **Problematizar a História : estudos de história moderna em homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata**. Lisboa : Caleidoscópio, 2007.

_____. Os bens móveis da Misericórdia de Vila Viçosa em 1764. **Revista Callipole**, Vila Viçosa, 2002, p. 73-92.

BARICKMAM, B. J. **Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1789-1860**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira.

BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português 1415-1825**. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa, Ed. 70, 1993.

_____. **A Idade de Ouro do Brasil (dores de crescimento de uma sociedade colonial)**. Tradução de Nair de Lacerda. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

COSTA, Paulo Segundo da. **Ações Sociais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia**. 1ª Ed. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2001.

_____. **Hospital de Caridade São Cristóvão/Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia da Bahia: 450 anos de funcionamento 1549-1999**. Contexto & Arte Editorial, Salvador, 2000.

_____. **Informativo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia**. Ed. Especial, 2009.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: Fortuna e família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERLINI, Vera. **Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1988.

FERREIRA, Antônio Fonseca. **A acumulação capitalista em Portugal. Das origens da nacionalidade aos inícios do século XIX**. Porto, Afrontamento, 1977.

FLORY, Rae Jean Dell. **Bahian Society in the Mid-Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchantes, and Artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725**. Tese PhD. University of Texas, 1978.

FRAGOSO, João L. e FLORENTINO, Manolo. **Arcaísmo como Projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em economia colonial tardia, Rio de Janeiro, 1790 –1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 2 ed. São Paulo Companhia Editora Nacional, 1998.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio: A Interiorização da Metrópole e do Comércio nas Minas Setecentistas**. São Paulo: Hucitec, 1999.

GANDELMAN, Luciana. A Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI-XIX. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, vol. VIII, nº 3. Rio de Janeiro, 2001, p. 613-630.

_____. O poder dos bens deste mundo: um exercício de indagação sobre o testamento seiscentista de João de Matos de Aguiar. In: Sá, Isabel dos Guimarães; García Fernández, Máximo. (Org.). **Portas Adentro: Comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)**. 1ed.Coimbra-Valadollid: Imprensa da Universidade-Secretariado de Publicaciones, 2010, v. , p. 273-293.

LAPA, José R. do Amaral. **A Bahia e a carreira da Índia**. São Paulo: Brasiliense, vol.338, Cia. Ed. Nacional, 1968.

_____. (org). **O Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

LEVY, Maria Bárbara. **História Financeira do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1979.

LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira. Uma análise crítica da literatura sobre a oferta e a circulação de moeda metálica no Brasil nos séculos XVI e XVII. **Estudos Econômicos**, vol. 35 (2005), São Paulo, 2005, p. 169-201.

MACHADO, José de Alcântara. **Vida e morte do bandeirante**. São Paulo, Martins: 1972.

MASCARENHAS, Maria José Rapassi. **Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador 1760 – 1808**. (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1999).

MENDES, Claudinei Magno Magre. Crédito e Usura na época Colonial: Autores Coloniais e Historiografia. **Mirandum**, n. 18. Univ. do Porto, p. 31-48, 2007.

MESGRAVIS, Laima. **A Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. (1599-1884) Contribuição ao Estudo da Assistência Social no Brasil**. Coleção Ciências Humanas São Paulo, 1974.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1995.

OTT, Carlos. **A Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Salvador**. Publicações da diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ministério da Educação e Cultura. Rio de Janeiro, 1960.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 20ª e. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

_____. **História Econômica do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

RICUPERO, Rodrigo. **Governo-geral e a formação da elite colonial baiana no século XVI**. In: Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séculos XVI-XIX/organizadoras. Maria Fernanda Bicalho, Vera Lúcia Amaral Ferlini.- São Paulo: Alameda, 2005.

RUY, Affonso. **História política e administrativa da cidade de Salvador**. Salvador: Tipografia Beneditina, 1949.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: UnB, 1981.

SÁ, Isabel G. **As Misericórdias**. In: História da Expansão Portuguesa: A Formação do Império (1415-1570). Lisboa: Temas e Debates, 1998, pp. 360-368.

_____. **Misericórdias**. In: História da Expansão Portuguesa, vol. 3. O Brasil na Balança do império (1697-1808) Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 280-289.

_____. **As Misericórdias no Império Português (1500-1800)**. In 500 Anos das Misericórdias Portuguesas, ed. Maria Natália Correia Guedes. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos 500 Anos das Misericórdias, 2000, p. 101 - 132.

_____. **Quando o rico se faz pobre: misericórdias, caridade e poder no Império Português: 1500 – 1800**. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1997.

_____. **As Misericórdias nas sociedades portuguesas do Período Moderno**. *Cadernos do Noroeste. Série História* 15, 1-2: 2001, p. 337 - 358.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Crédito e Circulação Monetária na Colônia: o caso Fluminense, 1650-1750**. V Congresso Brasileiro de História Econômica, Caxambu: ABPHE, 2003.

SANTOS, Augusto Fagundes da Silva dos. **A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013. (Dissertação de Mestrado).

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial (1550-1835)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SIMONSEN, Roberto. **História econômica do Brasil, 1500-1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SOUSA, Avanete Pereira. **A Bahia no século XVIII: poder político local e atividades econômicas**. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUZA, Laura de Melo e. **O Sol e a Sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

VERGER, Pierre. **Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: século XVII ao XIX**. São Paulo, Corrupio, 1987.